

PESQUISA SOBRE REFORMA CURRICULAR BASEADA NAS COMPETÊNCIAS ESSENCIAIS DOS ALUNOS NO BRASIL

RESEARCH ON CURRICULAR REFORM BASED ON THE ESSENTIAL COMPETENCIES OF STUDENTS IN BRAZIL

Otávio Barduzzi Rodrigues da Costa¹

RESUMO: As competências essenciais têm sido um tema quente na educação mundial nos últimos anos. Os países propuseram as suas próprias competências essenciais e construíram sistemas curriculares educativos baseados nelas. A educação básica do Brasil mostra as características de “o público é fraco e o privado é forte”, e a qualidade da educação nas escolas primárias e secundárias privadas é muito melhor do que nas escolas primárias e secundárias públicas. A educação pública na etapa da educação básica no Brasil não consegue atender às necessidades educacionais das pessoas de média e alta renda, fazendo com que, quando podem, abandonem o sistema de ensino público e busquem o ensino privado. Através da revisão bibliográfica esse artigo vai tecer reflexões sobre tal situação.

1

Palavras chaves: Educação. Currículo. Ensino público.

ABSTRACT: Core competencies have been a hot topic in global education in recent years. Countries have proposed their own core competencies and built educational curriculum systems based on them. Brazil's basic education shows the characteristics of “the public is weak and the private is strong”, and the quality of education in private primary and secondary schools is much better than that in public primary and secondary schools. Public education in the basic education stage in Brazil is unable to meet the educational needs of middle- and high-income people, causing them, when they can, to abandon the public education system and seek private education. Through the literature review, this article will reflect on this situation.

Keywords: Education. Curriculum. Public education.

¹ Doutorando em Educação, Arte e História da Cultura — Universidade Presbiteriana Mackenzie.

1 INTRODUÇÃO

As competências essenciais têm sido um tema quente na educação mundial nos últimos anos. Os países propuseram as suas próprias competências essenciais e construíram sistemas curriculares educativos baseados nelas. O Brasil é a sétima maior economia do mundo, a maior economia da América Latina e um importante membro do BRICS. É conhecido como uma "potência potencial" no mundo (Corrêa; Morgado, 2020).

No entanto, sua economia desenvolvida não trouxe uma economia desenvolvida correspondente. A distribuição desigual da riqueza social no longo prazo fez com que a educação básica brasileira enfrentasse diferenças regionais, de classe e raciais nas taxas de matrícula, evasão e taxas de repetência. Ao mesmo tempo, os professores têm baixas qualificações acadêmicas e distribuição desigual de professores e fundos educacionais. Muitas perguntas. A baixa qualidade da educação resultante não só tem um impacto negativo no crescimento económico nacional, mas também afecta a estabilidade social do país (Malanchen; Dos Santos, 2020).

Com a ascensão das economias emergentes, a riqueza foi transferida dos países tradicionalmente desenvolvidos para os países emergentes. Para melhor integração no processo de transferência de riqueza, o governo brasileiro percebeu que melhorar o status atual da educação básica é fundamental para a educação nacional (Marsiglia, *et al.*, 2017).

2 METODOLOGIA

Para que os objetivos deste estudo fossem alcançados, foi realizado um estudo de revisão bibliográfica, de cunho exploratório. Foi realizada uma busca nos principais periódicos científicos relacionados ao tema proposto. Foi criada uma biblioteca digital com todos os trabalhos relacionados. A partir disso, foram selecionados os melhores artigos para a elaboração deste estudo.

Visando aprofundar o conhecimento científico sobre o tema, inicialmente, utilizou-se o procedimento bibliográfico, apresentado por Silva (2014) como a pesquisa atrelada à inteligência do pesquisador. Considerando o fato de que, embora vise um objetivo, durante a produção, a preocupação do criador está no processo, pois é o momento em que realizará a construção teórica que baseará toda a sua pesquisa para o alcance do resultado almejado.

Conseqüentemente, a seleção mais criteriosa e focada de artigos científicos e livros que versassem sobre o assunto, viabilizando a análise com discussão dos resultados em panorama com o defendido por autores e pesquisadores. Para realização do levantamento bibliográfico, utilizaram-se as plataformas de pesquisa científica Google Acadêmico e Scielo

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em 2013, o Brasil começou a prestar atenção à formulação de competências essenciais. Em dezembro de 2018, promulgou as "Normas Curriculares Gerais Nacionais", que pela primeira vez propôs o quadro das "Dez Competências Essenciais" para os alunos, e utilizou este quadro como uma base para orientar a nova rodada de reforma curricular da educação básica no Brasil (Malanchen; Dos Santos, 2020).

3.1. Antecedentes da Reforma Curricular da Educação Básica Brasileira

O Brasil é uma economia emergente com enorme potencial de desenvolvimento. No entanto, devido à negligência de longo prazo da educação básica por parte do governo, o desempenho geral da educação básica não é satisfatório em todo o mundo. Primeiro, os estudantes brasileiros geralmente têm um desempenho acadêmico insatisfatório (Marsiglia, *et al.*, 2017).

De acordo com os resultados da avaliação PISA 2018 da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), entre os 79 países (regiões) testados, os estudantes brasileiros obtiveram 384 pontos em matemática (384 pontos) e 413 pontos em leitura (413 pontos) e ciências (404 pontos) foram classificadas respectivamente em 70º, 57º e 64º lugar (Nazário; Santos; Ferreira Neto, 2021).

As pontuações em cada categoria foram 105 pontos, 74 pontos e 85 pontos inferiores às pontuações médias dos países testados. Os resultados da avaliação do desempenho acadêmico dos alunos pelo Sistema Brasileiro de Avaliação da Educação Básica mostram que, em 2018, apenas 43% dos alunos atendiam aos requisitos de habilidade em matemática quando se formavam no ensino fundamental, e 55% dos alunos atendiam à língua portuguesa. O desempenho acadêmico dos alunos do último ano é preocupante, com apenas 18% e 34% a passarem nos padrões de matemática e português quando concluem o ensino secundário (Malanchen; Dos Santos, 2020).

Em segundo lugar, as taxas de abandono escolar e de repetência no Brasil continuam elevadas. Dados abrangentes de indicadores sociais brasileiros mostram que havia aproximadamente 10 milhões de jovens de 15 a 17 anos no Brasil em 2018, dos quais 1,5 milhão não conseguiram ingressar no ensino médio (De Castro, 2020).

O número de evasões naquele ano foi de 700 mil e o número de reincidentes foi de 600 mil. No total, quase 30% dos jovens em idade escolar não conseguem concluir os estudos a tempo. Ao mesmo tempo, 80% dos que concluíram o ensino médio no Brasil não conseguiram ingressar nos estudos de nível superior e ingressaram diretamente no mercado de trabalho, sem participar de qualquer formação profissional e técnica (Marsiglia, *et al.*, 2017).

Terceiro, a equidade educacional no Brasil está seriamente desequilibrada. Na década de 1990, o neoliberalismo perseguido pelo presidente Fernando Henrique Silva Cardoso (1995-2003) promoveu a reforma da privatização educacional e teve um impacto profundo em todo o sistema educacional brasileiro, influenciou e formou a lógica de funcionamento educacional única do Brasil (Corrêa; Morgado, 2020).

A educação básica do Brasil mostra as características de “o público é fraco e o privado é forte”, e a qualidade da educação nas escolas primárias e secundárias privadas é muito melhor do que nas escolas primárias e secundárias públicas. A educação pública na etapa da educação básica no Brasil não consegue atender às necessidades educacionais das pessoas de média e alta renda, fazendo com que abandonem o sistema de ensino público e busquem o ensino privado (De Almeida; Dos Santos Batista, 2016).

Os alunos que estudam em escolas privadas têm mais oportunidades de ingressar em instituições de ensino superior brasileiras, e os recursos de ensino superior de alta qualidade do Brasil recebem altos subsídios financeiros do governo e implementam uma política de ensino gratuito. Isso levou a uma grave desigualdade educacional no Brasil (Nazário; Santos; Ferreira Neto, 2021).

As crianças da classe média quase monopolizam os recursos de ensino básico privado de alta qualidade e os recursos de ensino superior de baixo preço e alta qualidade. No entanto, os grupos desfavorecidos no Brasil têm dificuldade em acessar serviços de ensino superior, levando à solidificação da classe. Pode-se dizer que o Brasil se tornou a “área mais atingida” pela “latino-americanização da educação” (De Oliveira Soares, 2018).

A avaliação do PISA de 2018 mostra que a situação socioeconômica familiar tem um impacto significativo no desempenho dos estudantes brasileiros em leitura, matemática e ciências. Tomando como exemplo as pontuações em leitura, o desempenho em leitura dos alunos de famílias de alta renda é muito melhor do que o dos alunos de famílias de baixa renda. A diferença nas pontuações de leitura entre os dois chega a 97 pontos (a pontuação média da OCDE é 89 pontos) (Malanchen; Dos Santos, 2020).

O governo brasileiro percebeu que o nível de conhecimento e a qualidade integral de todo o povo são a pedra angular do desenvolvimento nacional. No entanto, a baixa qualidade da educação básica não só agrava ainda mais a injustiça social, mas também afeta profundamente a qualidade geral do mercado de trabalho, restringindo o desenvolvimento do país em informação e inteligência artificial. desenvolvimento sustentável da época (De Almeida; Dos Santos Batista, 2016).

Portanto, o governo brasileiro acredita que a melhoria da situação atual da educação básica deve ser reformada desde a fonte, o que requer reexaminar o conteúdo curricular e os padrões curriculares da etapa da educação básica, unificar e otimizar o conteúdo curricular da etapa da educação básica, melhorando assim a qualidade do ensino básico e melhorando a educação. Em 2013, o Brasil iniciou uma nova rodada de reforma curricular a partir de uma educação básica relativamente fraca (De Castro, 2020).

Após múltiplas avaliações e demonstrações de 2013 a 2018, foram feitas três versões de revisões. Através dos esforços conjuntos de dois governos de diferentes partidos e de todos os setores da sociedade, o Brasil finalmente promulgou os Padrões Curriculares Nacionais Comuns em dezembro de 2018 (De Oliveira Soares, 2018).

Os novos padrões curriculares combinam a experiência mundial de reforma curricular e propõem pela primeira vez as dez competências essenciais que os alunos devem possuir e constroem um novo sistema curricular baseado nisso, a fim de promover o desenvolvimento da equidade e da excelência na educação escolar brasileira e trazer todos os jovens brasileiros ao mundo, para que se tornem aprendizes, criadores e cidadãos competentes de sucesso (Corrêa; Morgado, 2020).

3.2. Construção curricular baseada nas competências essenciais dos alunos

Nessa reforma curricular da educação básica, o Brasil realizou a construção de um sistema curricular de educação básica em torno das dez competências essenciais. Esta reforma tenta quebrar as fronteiras tradicionais das disciplinas e enfatiza o cultivo da capacidade dos alunos para integrar conhecimentos de diferentes disciplinas (Malanchen; Dos Santos, 2020).

Os "Padrões Curriculares Gerais Nacionais" condensam as competências essenciais de diferentes disciplinas com base nas características cognitivas dos alunos em cada estágio. Ao mesmo tempo, subdividem os tópicos de aprendizagem, o conteúdo de aprendizagem e os requisitos de habilidades em torno de cada disciplina, estabelecendo uma abordagem abrangente. sistema de orientação curricular (Marsiglia, *et al.*, 2017).

(I) Construir uma estrutura de competências essenciais

A reforma curricular brasileira estabeleceu as “Dez Competências Essenciais” em torno das três dimensões de cultivo cognitivo, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores, a fim de responder à demanda de talentos da sociedade futura e cultivar os alunos para enfrentar o futuro por meio de estudos de alta qualidade. educação escolar (De Almeida; Dos Santos Batista, 2016).

Cidadãos desafiadores e competentes. A cognição enfatiza principalmente o cultivo do conhecimento, da capacidade de raciocínio e da realização artística dos alunos; o desenvolvimento de habilidades exige que os alunos tenham a capacidade de se expressar, a alfabetização informacional e a compreensão múltipla; a formação de atitudes e valores exige que os alunos tenham um sentido de cidadania, preocupação com o seu país e com o mundo e, especificamente (Nazário; Santos; Ferreira Neto, 2021).

3.2.3 Tecnologia e aplicações linguísticas

Um novo tipo de linguagem, a quatro disciplinas, um inglês, uma arte e educação, um cultivador de alfabetização e linguísticas. de leitura e escrita em português dos Alunos e avant-garde ensino para alunos aprenderem a ler e terceira para segunda série, treinando os alunos para usar frase lógica consistente e cumprimentos para expressar sentimentos pessoais de acordo com diferentes situações (Lima; Przylepa, 2015).

Através do português, os alunos são um complexo cultural, cultural, social, e também ferramenta importante e um sentimentalismo auto-identitário; crítico A formação do

pensamento, cultivando hábitos de leitura dos alunos e a leitura como uma ferramenta importante para a aprendizagem ao longo da vida (Corrêa; Morgado, 2020).

As aulas de arte são divididas em cinco partes: artes visuais, dança, música, teatro e prática abrangente. Cultivar as capacidades de criação artística, estética, expressão e reflexão dos alunos e, ao mesmo tempo, compreender as características das culturas multiétnicas através do estudo de cursos de artes. As aulas de arte enfatizam a prática, e o local de ensino não se limita à sala de aula (De Castro, 2020).

A nova reforma curricular incentiva os professores a levar os alunos a galerias de arte, teatros de dança e estúdios de arte, permitindo que os alunos experimentem e apreciem a beleza de perto. Também apoia escolas no fornecimento de exposições de trabalhos para os alunos. Uma plataforma para atividades como concertos, apresentações teatrais, etc., oferece aos alunos um palco para exibir suas realizações artísticas e promove a melhoria das habilidades de trabalho em equipe dos alunos por meio da criação de trabalhos (Malanchen; Dos Santos, 2020).

O currículo de educação física promove o crescimento físico, social e de saúde dos alunos. O curso está dividido em seis temas: jogos, esportes competitivos, ginástica, dança, esportes de confronto e aventuras ao ar livre e cultiva a perseverança e o espírito de trabalho em equipe dos alunos por meio do treinamento esportivo (Lima; Przylepa, 2015).

Cursos com tema de aventura ao ar livre são oferecidos no ensino médio. Os professores conduzem os alunos em aventuras ao ar livre para ajudá-los a desenvolver consciência sobre a saúde e habilidades de autoproteção e resgate (De Almeida; Dos Santos Batista, 2016).

3.2.4 Técnicas e aplicações matemáticas

A matemática é uma disciplina básica na etapa da educação básica, orienta os alunos no uso de métodos, conceitos e procedimentos matemáticos para resolver problemas na ciência, na vida cotidiana, na economia social e na tecnologia, e cultiva a alfabetização matemática dos alunos, como habilidade lógica e pensamento abstrato (Marsiglia, *et al.*, 2017).

O novo currículo revisado de matemática do Brasil esclarece que a etapa da educação básica deve incluir cinco tópicos: números, álgebra, geometria, medição, estatística e probabilidade. Desenvolver o pensamento numérico dos alunos para que tenham

consciência de quantificar informações e construam a capacidade de descrever, comparar e analisar números. A álgebra desenvolve as habilidades de pensamento abstrato dos alunos na resolução de relações quantitativas por meio de equações ou desigualdades (De Castro, 2020).

A geometria aprimora a capacidade de pensamento geométrico dos alunos para estabelecer as relações de forma e posição entre figuras planas e tridimensionais. A medição ajuda os alunos a integrar conhecimentos de outras disciplinas. Por exemplo, a quarta série do ensino médio ensina aos alunos a aplicação da medição em áreas de conhecimento como densidade e volume em ciências, coordenadas em geografia e densidade populacional (Corrêa; Morgado, 2020).

Estatística e probabilidade cultivam a capacidade dos alunos de coletar, processar, interpretar e analisar dados. Por exemplo, estatísticas do ensino médio e cursos de probabilidade usam principalmente casos reais, como notícias da mídia, vendas de produtos e relatórios de dados corporativos, para ajudar os alunos a dominar o conhecimento de estatística e probabilidade (Malanchen; Dos Santos, 2020).

3.2.5 Ciência natural e aplicação

Os cursos de ciências naturais e aplicadas incluem principalmente três áreas principais do conhecimento: física, química e biologia. Nas escolas primárias e secundárias, os cursos de ciências naturais e aplicadas são chamados coletivamente de cursos de ciências naturais, que ensinam os três temas principais: matéria e energia, vida e evolução, e terra e universo. e os cursos aplicados são subdivididos em física, química e biologia (Lima; Przylepa, 2015).

A nova reforma curricular do Brasil enfatiza o cultivo da alfabetização científica. Os alunos não só precisam aprender conhecimento científico, mas também dominar o paradigma de pesquisa das ciências naturais. Também propõe quatro etapas: definir problemas, analisar problemas, comunicar-se com colegas e intervir para resolver problemas (De Almeida; Dos Santos Batista, 2016).

Definir problemas inclui levantar questões, descrever problemas e formular hipóteses; analisar problemas inclui conduzir pesquisas (experimentos, observações, análise de literatura, testes virtuais, etc.), coletar dados e analisar e avaliar dados; comunicação entre pares inclui relatar resultados de pesquisas, comunicar com colegas Conduzir discussões e

melhorar os resultados da pesquisa com base no feedback; intervir para resolver problemas para fornecer soluções práticas e desenvolver medidas preventivas para evitar a recorrência de problemas (Corrêa; Morgado, 2020).

3.2.6 Humanidades e Aplicações

As humanidades e as aplicações são principalmente duas disciplinas: geografia e história, que ajudam os alunos a estabelecerem um sentido de auto identidade e identidade com os outros. Respeitando o multiculturalismo social; analisar a sociedade, a cultura e o mundo da informação digital com base no conhecimento que aprenderam sobre geografia e história (Lima; Przylepa, 2015).

Assim, resolvendo problemas da vida diária encontrados no processo; adotar o paradigma de pesquisa das humanidades, compreender os sentimentos dos indivíduos, dos outros e do multiculturalismo, aceitar e identificar-se com indivíduos e grupos sociais multiculturais; expressar corretamente as opiniões próprias, tomar decisões de forma independente e responsável, e então participar efetivamente de atividades sociais (Marsiglia, *et al.*, 2017).

A disciplina de geografia está dividida em cinco grandes temas, nomeadamente os objetos e a sua posição no mundo, as conexões dos objetos e as dimensões do tempo, a produção e a sociedade, as imagens geográficas e o pensamento espacial, e a natureza, o ambiente e a qualidade de vida, abrangendo o território, localização, região, características naturais do clima e da paisagem, etc. (De Castro, 2020).

A disciplina de história enfatiza a compreensão dos alunos sobre as leis do desenvolvimento histórico, a compreensão dos eventos e processos importantes que promoveram a transformação das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais do Brasil e de outros países e regiões do mundo, e aprofundando sua compreensão da relação entre o Brasil e outros países e regiões do mundo (Malanchen; Dos Santos, 2020).

A disciplina de história está dividida em 27 temas baseados na lógica do espaço de perto para longe, do tempo de longe para perto e da importância dos eventos de pequeno para grande, como o mundo pessoal e a comunidade ao seu redor, história da imigração, colonização, estudos, estudos de história moderna, etc. Em termos de métodos de ensino, a disciplina é o núcleo e o conteúdo de conhecimento multidisciplinar é utilizado para realizar

pesquisas quantitativas e qualitativas para ajudar os alunos a formar suas próprias opiniões e fazer julgamentos morais corretos (Nazário; Santos; Ferreira Neto, 2021).

3.2.7 Religião

O Brasil é um país católico e os cursos religiosos são obrigatórios nas escolas primárias e secundárias para cultivar a cidadania e a responsabilidade social dos alunos. As unidades temáticas do curso são identidade e identidade, rituais religiosos, crenças e filosofia de vida (Corrêa; Morgado, 2020).

Os cursos religiosos ajudam os alunos a compreender as manifestações e filosofias de vida de diferentes religiões em diferentes tempos e espaços a partir dos níveis científico, filosófico, estético e moral; aprender a conviver com pessoas com diferentes crenças, pensamentos e estilos de vida; compreender religião e cultura , política, economia, saúde, ciência e tecnologia e meio ambiente; opor-se a todo discurso e comportamento que utilize a religião para discriminação e violência, e proteger a paz mundial e os direitos humanos (De Almeida; Dos Santos Batista, 2016).

3.3 Características da reforma curricular baseada nas competências essenciais dos alunos

A nova rodada de reforma curricular do Brasil baseia-se na estrutura básica de alfabetização, aderindo ao conceito de melhoria da qualidade da educação e da equidade educacional, e de transformar os alunos em aprendizes qualificados ao longo da vida, com pensamento inovador e crítico. Portanto, esta reforma apresenta novos requisitos para os objetivos do curso, conteúdo do curso, gestão do curso e processo de ensino (De Castro, 2020).

(1) O objetivo do curso é aumentar de forma abrangente a competitividade dos alunos

Com o advento da era da informação, face a uma situação internacional nova e mais desafiante, a competição pela força nacional abrangente entre os países passou de uma competição superficial nos níveis de produtividade para uma competição profunda centrada no talento. que não pode ser evitado pela educação em todos os países, ou seja, quais as qualidades essenciais que os alunos devem ter para se integrarem com sucesso na sociedade futura, promovendo assim o desenvolvimento saudável de toda a sociedade (Marsiglia, *et al.*, 2017).

Tomar o desenvolvimento económico como o núcleo e comprometer-se com a melhoria da alfabetização básica dos jovens tornou-se gradualmente um tema comum para o desenvolvimento de todos os países. Com o crescimento da sua força econômica, o Brasil tornou-se não apenas uma potência regional, mas também uma potência global em ascensão (Lima; Przylepa, 2015).

Portanto, cultivar talentos inovadores de alta qualidade para ajudar a desenvolver a força abrangente do país tornou-se o foco da reforma educacional do Brasil. A nova rodada de reforma curricular do Brasil propõe dez competências essenciais que os alunos devem possuir: Essas competências estão enraizadas em cada curso e são gradualmente ativadas por meio do reconhecimento de conhecimentos, da aplicação de habilidades e da formação de valores (Corrêa; Morgado, 2020).

Esta reforma dá mais atenção ao cultivo da literacia científica e do espírito humanístico dos alunos, e ao estabelecimento da capacidade dos alunos para desenvolverem relações consigo próprios, com os outros e com os grupos sociais. Com base no domínio completo do conhecimento básico, os alunos podem usar o conhecimento de forma flexível, ser bons no uso da tecnologia da informação moderna, resolver problemas encontrados na vida, desenvolver habilidades independentes e tornar-se pessoas com desenvolvimento físico e mental saudável.

Em um ambiente multicultural, ser capaz de tolerar e respeitar as ideias e conceitos de outras pessoas, ser bom no trabalho em equipe e realizar tarefas com eficiência. Ao mesmo tempo, têm capacidade de aprendizagem ao longo da vida e responsabilidade social, respondem ativamente às mudanças em constante mudança na sociedade, participam ativamente nos assuntos nacionais e tornam-se indivíduos intimamente relacionados com a sociedade (Nazário; Santos; Ferreira Neto, 2021).

(2) O conteúdo do curso visa cultivar as habilidades orientadas para o futuro dos alunos

Para enfrentar o futuro, a educação não deve apenas prestar atenção à tecnologia, mas também ao cultivo de competências. capacidade abrangente de resolver problemas práticos com base no conteúdo do conhecimento. usar diferentes formas de linguagem (incluindo linguagem corporal, falada, música, pintura etc.) para transmissão de informações e expressão emocional (Malanchen; Dos Santos, 2020).

Consciência de conservação, responsabilidade social e promoção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva. É uma ótima experiência, é um ótimo lugar para estar, é um ótimo lugar para estar, é um ótimo lugar para estar, é um ótimo lugar para estar, é um ótimo lugar para estar, é um ótimo lugar para estar, é um ótimo lugar para estar, é um ótimo lugar para estar, é um ótimo lugar para estar (Marsiglia, *et al.*, 2017).

(3) Uma regressão curricular gestual à essência do “ser humano”

Os membros do grupo de especialistas para a formulação dos "Padrões Curriculares Gerais Nacionais" afirmaram que o sistema tradicional de gestão curricular do Brasil atende às necessidades do desenvolvimento da era da industrialização (De Castro, 2020).

O conteúdo educacional é classificado de acordo com disciplinas e especializações, e os pontos de conhecimento são ministrados em de forma altamente concentrada, atendendo às "necessidades de industrialização" Cultivo rápido de talentos. No entanto, diferentes “pessoas” tornaram-se produtos padronizados, o que se distancia cada vez mais da essência da educação (Corrêa; Morgado, 2020).

Portanto, a nova rodada de reforma curricular do Brasil propõe que o cultivo das competências essenciais dos alunos precisa se concentrar em três dimensões: cultivo cognitivo, desenvolvimento de habilidades e formação de atitudes e valores. A nova reforma curricular mudou a visão tradicional da aprendizagem e do conhecimento (Lima; Przylepa, 2015).

Com base na ênfase na aprendizagem do conhecimento, toma a aplicação do conhecimento de nível superior como ponto de partida lógico, seleciona ou cria situações razoáveis da vida real e leva a investigação dos alunos aprendizagem baseada em como linha principal, projete tarefas de aprendizagem avançadas com objetivos claros (Marsiglia, *et al.*, 2017).

Tomando como exemplo as ciências humanas e as aplicações na fase do ensino primário, o módulo "Mudanças no ambiente de vida humana" inclui as características regionais dos assentamentos humanos, interações e conflitos multiculturais, transporte, diferenças urbano-rurais, proteção ambiental e relações internacionais. . e outros conteúdos, envolvendo disciplinas como geografia, história, biologia, física, etc., que exigem a colaboração dos professores dessas disciplinas na preparação das aulas e, ao mesmo tempo, organizam diversas formas de aprendizagem independente, cooperativa e baseada em investigação (De Almeida; Dos Santos Batista, 2016).

Ao mesmo tempo, as salas de aula não são mais o único local de atividades de ensino: comunidades, laboratórios, parques infantis, jardins botânicos, museus, bibliotecas, etc tornaram-se locais importantes para os alunos absorverem conhecimentos (Nazário; Santos; Ferreira Neto, 2021).

Ao mesmo tempo que estabelece padrões curriculares unificados, a nova reforma curricular também dá aos governos locais um certo grau de liberdade, permitindo aos governos a todos os níveis conceber e desenvolver conteúdos curriculares que possam estimular o interesse dos alunos na aprendizagem com base no ambiente e nas condições de vida dos alunos e aprendizagem, na tentativa de reduzir a taxa de evasão.

Esta iniciativa visa retornar à essência educacional de "ser humano", para ajudar os alunos a passarem de uma aprendizagem passiva que busca respostas padrão para uma aprendizagem ativa que desenvolve soluções. Enfatizando que os alunos conectam o que aprenderam e o que não aprenderam, e promover o cultivo do pensamento inovador, associativo e divergente (Malanchen; Dos Santos, 2020).

Cultivando assim a capacidade dos alunos de tomar iniciativa e de aprendizagem ao longo da vida, permite-lhes aprender a cooperar com pessoas diferentes, formar a sua própria personalidade, objetivos e conceitos de crescimento, e ajuda-os a tornarem-se a "bússola" para a sua evolução. próprio aprendizado (Corrêa; Morgado, 2020).

3.4. Desafios enfrentados pela implementação da reforma curricular brasileira

O processo de prática de competências essenciais é um processo dinâmico e multifacetado que requer não só a participação de escolas, professores e departamentos de educação, mas também a participação de instituições de investigação científica e outros setores da sociedade, e o estabelecimento de um sistema de apoio abrangente. de dentro do sistema educacional para fora do sistema educacional. No entanto, afetado pelo sistema político único, pela forma cultural, pela economia e por outros fatores, há um jogo entre o ideal e a realidade no processo de implementação da reforma curricular brasileira (De Almeida; Dos Santos Batista, 2016).

(1) Esclarecimento das responsabilidades e obrigações dos departamentos de educação em todos os níveis.

A Constituição Nacional brasileira atribui diferentes poderes administrativos educacionais aos estados e municípios: o ensino primário é gerido pelas cidades e o ensino secundário é gerido pelos estados. Portanto, a nova rodada de reforma curricular do Brasil implementa um modelo de gestão de três níveis: federal, estadual e municipal (Malanchen; Dos Santos, 2020).

O governo federal planeja cursos de educação básica de maneira unificada, e estados e cidades formulam conteúdos de curso localmente apropriados com base em padrões curriculares nacionais. As Diretrizes Nacionais de Educação e a Lei Básica promulgadas pelo Brasil em 1996 estipulam que o governo federal tem a responsabilidade de cooperar com os governos estaduais e municipais para estabelecer padrões de ensino para a educação básica para orientar as atividades diárias de ensino e padronizar o conteúdo de ensino (Lima; Przylepa, 2015).

Posteriormente, o Brasil publicou os “Parâmetros Curriculares Nacionais” aplicáveis às escolas de ensino fundamental, médio e médio em 1997, 1998 e 2000. O Ministério da Educação organizou acadêmicos e educadores de primeira linha para compilar um conjunto de materiais didáticos de alta qualidade para uso nas escolas primárias e secundárias. Como este conjunto de materiais didáticos não é obrigatório, muitas escolas não o utilizam (Corrêa; Morgado, 2020).

Isto mostra que existem problemas com a vontade nacional e diferenças locais na implementação unificada da reforma curricular pelo Estado. A divisão dos poderes da reforma curricular ainda não é clara, resultando em responsabilidades e obrigações pouco claras dos diferentes sujeitos da reforma, e incapaz de promover eficazmente o desenvolvimento da reforma curricular (De Almeida; Dos Santos Batista, 2016).

O sistema educacional da nova rodada de reforma curricular do Brasil não mudou. Se os limites do poder educacional dos governos em todos os níveis não forem esclarecidos e um mecanismo de garantia e supervisão para a reforma curricular não for introduzido, então existe o risco de que a nova rodada da reforma curricular se tornará uma mera formalidade (Nazário; Santos; Ferreira Neto, 2021).

(2) Implementação da formação nacional de professores

Como principal órgão da reforma curricular, os professores são o factor-chave para o sucesso da reforma curricular. O conhecimento, as crenças e as cognições dos professores

são fatores decisivos na reforma curricular. O governo brasileiro estipula que os professores da educação básica devem ser formados no prazo de dois anos a partir da promulgação das Normas Curriculares Nacionais Comuns (Marsiglia, *et al.*, 2017).

No entanto, até o momento, o Ministério da Educação não emitiu regras detalhadas relevantes para a formação de professores. Durante a audiência sobre a elaboração do documento básico sobre alfabetização de professores, as escolas brasileiras, especialmente as universidades, expressaram oposição a essa reforma, acreditando que a nova rodada de reforma curricular violava a autonomia dos professores e das escolas (Corrêa; Morgado, 2020).

Alguns estudiosos também salientaram que a formação não pode ser fornecida apenas aos professores, mas os diretores e gestores escolares também são fatores importantes para garantir a implementação harmoniosa da reforma curricular. Como os professores compreendem e participam no processo de reforma curricular e as suas atitudes afetam a implementação dos planos de reforma curricular através de comportamentos docentes (De Almeida; Dos Santos Batista, 2016).

Os governos federal, estadual e municipal devem fornecer estratégias de apoio contínuo e mecanismos de supervisão e avaliação para o desenvolvimento profissional dos professores, e promover a colaboração entre os professores. Os professores também devem receber ferramentas, espaço, oportunidades e mecanismos de garantia suficientes para construir o conhecimento e o significado da reforma curricular. Mas é claro que este tipo de apoio social está atrasado em relação ao desenvolvimento desta reforma curricular (Lima; Przylepa, 2015).

CONCLUSÕES

O sucesso da nova rodada de reforma curricular do Brasil depende de os alunos dominarem as dez competências essenciais e as habilidades correspondentes, por isso é crucial avaliar o desempenho acadêmico dos alunos. Os dois sistemas de avaliação acadêmica mais importantes no Brasil são o Sistema de Avaliação da Educação Básica e o Teste Nacional de Proficiência no Ensino Médio.

O sistema de avaliação da educação básica avalia o desempenho acadêmico dos alunos da quinta série do ensino fundamental, da quarta série do ensino fundamental e da terceira

série do ensino médio em todo o país. Desde 2007, o sistema combina o desempenho dos alunos com a matrícula índice de taxas para publicar o relatório do Índice Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica, que também inclui indicadores de desenvolvimento específicos de estados, cidades e escolas (Corrêa; Morgado, 2020).

O Teste Nacional de Proficiência no Ensino Médio do Brasil é o segundo maior “exame de ingresso” do mundo e é uma base importante para o ingresso dos alunos na universidade. Após a promulgação dos Padrões Curriculares Comuns Nacionais, o Ministério da Educação brasileiro planeja reformar o sistema de avaliação da educação básica dentro de um ano e o teste nacional de proficiência do ensino médio dentro de quatro anos. Em 2019, foram lançadas novas normas de avaliação do ensino básico (Nazário; Santos; Ferreira Neto, 2021).

As novas normas acrescentaram avaliações da capacidade de leitura e escrita em português no segundo ano do ensino primário e disciplinas de ciências sociais e ciências naturais no quarto ano do ensino secundário. No entanto, do ponto de vista do novo conteúdo de avaliação, além da adição de novas disciplinas de avaliação, o conteúdo e os métodos de avaliação não mudaram. A avaliação ainda é na tradicional modalidade de múltipla escolha, que tem como foco a avaliação dos pontos de conhecimento dos alunos.

16

A avaliação do desempenho acadêmico dos alunos não deve focar apenas no cumprimento de objetivos, mas também atentar para a solução de problemas práticos. O novo sistema de avaliação deve basear-se nas competências essenciais dos alunos e ter como objetivo avaliar as habilidades essenciais dos alunos, devendo tornar-se o “bastão” para os professores e a reforma escolar e o “termômetro” da qualidade da educação no Brasil. Portanto, o sistema de avaliação acadêmica dos estudantes em torno da nova ronda de reforma curricular ainda precisa de ser melhorado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORRÊA, Adriana; MORGADO, José Carlos. Os contextos de influência política e de produção de texto no currículo nacional brasileiro. **TEXTURA-Revista de Educação e Letras**, v. 22, n. 50, 2020.

DE ALMEIDA, Ivanete Bellucci Pires; DOS SANTOS BATISTA, Sueli Soares. Educação profissional no contexto das reformas curriculares para o ensino médio no Brasil. **EccoS-Revista Científica**, n. 41, p. 17-29, 2016.

DE CASTRO, Maria Helena. Breve histórico do processo de elaboração da Base Nacional Comum Curricular no Brasil. **Em Aberto**, v. 33, n. 107, 2020.

LIMA, Paulo Gomes; PRZYLEPA, Mariclei. Contexto de influências das políticas curriculares no Brasil a partir do processo de redemocratização. **Revista e-Curriculum**, v. 13, n. 3, p. 418-451, 2015.

MALANCHEN, Julia; DOS SANTOS, Silvia Alves. Políticas e reformas curriculares no Brasil: perspectiva de currículo a partir da pedagogia histórico-crítica versus a base nacional curricular comum e a pedagogia das competências. **Revista HISTEDBR On-line**, v. 20, p. e020017-e020017, 2020.

MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão et al. A Base Nacional Comum Curricular: um novo episódio de esvaziamento da escola no Brasil. **Germinal: marxismo e educação em debate**, v. 9, n. 1, p. 107-121, 2017.

NAZÁRIO, Murilo Eduardo; SANTOS, Wagner dos; FERREIRA NETO, Amarílio. Netnografia da reforma curricular do ensino médio brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v. 26, 2021.

DE OLIVEIRA SOARES, Ismar. Educomunicação, paradigma indispensável à renovação curricular no ensino básico no Brasil. **Comunicação & Educação**, v. 23, n. 1, p. 7-24, 2018.

PEREIRA, Júlio Emílio Diniz; FLORES, Maria José Batista Pinto; FERNADES, Filipe Santos. Princípios gerais para a reforma dos cursos de licenciatura no Brasil. **Interfaces da Educação**, 2021.

17

PIRES, Lucineide Mendes. Políticas educacionais e curriculares em curso no Brasil: a Reforma do Ensino Médio e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Percursos de Formação Docente e Práticas na Educação Básica**, p. 231, 2017.

ROCHA, Vinícius Ximenes Muricy da et al. Reformas na educação médica no Brasil: estudo comparativo entre as diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em medicina de 2001 e 2014. 2018.

ROMAN, Cassiela et al. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem no processo de ensino em saúde no Brasil: uma revisão narrativa. **Clinical and biomedical research. Porto Alegre**. Vol. 37, n. 4 (2017), p. 349-357, 2017.

SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão; DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. Tentativas de padronização do currículo e da formação de professores no Brasil. **Cadernos Cedes**, v. 36, p. 281-300, 2016.

ZOTTI, Solange. As reformas curriculares do ensino médio no Brasil nos anos 90. **Educere et Educare**, 2015.